



# Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM-11 DE SETEMBRO DE 1996

ANOXXII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

Atos da Presidência:

LEI N° 11.509

DATA: 10 de setembro de 1996.

SÚMULA: Altera o artigo 1° da Lei n° 11.257 de 21 de dezembro de 1995, que criou o Município de Ariranha do Ivaí.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7°, do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - O artigo 1° da lei n° 11.257 de 21 de dezembro de 1995, que criou o Município de Ariranha do Ivaí, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Ariranha do Ivaí, com o território desmembrado do Município de Ivaiporã, com sede na localidade do mesmo nome e os seguintes limites e confrontações:

1. COM O MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

Inicia na divisa da Gleba Água Fria 1ª Parte com as terras da Colônia Manoel Ribas no Rio Azul, desce por este até encontrar a divisa dos lotes 13-A e 14 da Gleba Ariranha - Seção "E", segue por esta na direção geral Leste até encontrar a divisa do lote 13-A com o lote 20, deste ponto segue pela divisa dos lotes 13-A, 13-B e 31 com os lotes 20, 33, 32 até encontrar a divisa com os lotes 4 e 4-A da Gleba Ariranha - Seção "G", segue por esta divisa na direção geral Noroeste, até encontrar Estrada - B (estrada), segue por este na direção geral Noroeste, passando pelos lotes 4, 3, 2 e 1-C, com os lotes 8, 6-A, 6 e 5, da Gleba Ariranha - Seção "G" até encontrar a Estrada Formoso, segue por esta até a cabeceira do Arroio Leão que é divisa entre os lotes 25 e 45-A da Gleba Ariranha - Seção "G", desce por este até sua foz no Ribeirão Barraquinha, desce por este até sua foz no Rio Azul, desce por este até a sua foz no Rio Ivaí.

2. COM O MUNICÍPIO DE GRANDES RIOS

Inicia na foz do Rio Azul no Rio Ivaí, sobe por este até a foz do Rio do Tigre.

3. COM O MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

Inicia na foz do Rio do Tigre no Rio Ivaí, sobe por este até a foz do Ribeirão Veado.

4. COM O MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS

Inicia no Rio Ivaí na foz do Ribeirão Veado, deste ponto segue pela divisa das Glebas Ariranha e Rio Azul com as terras da Colônia Manoel Ribas até encontrar o Rio

Azul."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.09.96.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

LEI N° 11.510

DATA: 10 de setembro de 1996.

SÚMULA: Altera o artigo 1° da Lei n° 11.221 de 11 de dezembro de 1995, que criou o Município de Campo Magro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7°, do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - O artigo 1° da lei n° 11.221 de 11 de dezembro de 1995, que criou o Município de Campo Magro, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Campo Magro com o território desmembrado do Município de Almirante Tamandaré, com sede na localidade de mesmo nome e os seguintes limites e confrontações:

1. COM O MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU

Inicia na foz do Rio Ouro Fino no Rio Capivara, sobe por este até a sua foz do Rio Retara, sobe por este até a foz do Rio Pocinho, sobe por este até encontrar a Estrada Capivara dos Ferreiras, segue por este na direção geral Sudeste até encontrar o Rio Capivara.

2. COM O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

Inicia no encontro do Rio Capivara com a Estrada dos Ferreiras, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar a Estrada Santa Rita, segue por esta até encontrar a Estrada Campo Novo, segue por esta até encontrar o Rio Juruqui, desce por este até sua foz no Rio Passauna.

3. COM O MUNICÍPIO DE CURITIBA

Inicia na foz do Rio Juruqui no Rio Passauna, desce por este até a foz do Rio Cachoeira.

4. COM O MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

Inicia no Rio Passauna na foz do Rio Cachoeira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Noroeste até encontrar o Açude dos Limas no Rio Verde, deste ponto segue na direção geral Noroeste pelo caminho do Javacaenzinho, cruzando a PR-090 até encontrar a cabeceira do Córrego Fria, desce por este até a sua foz no Rio Ouro Fino, desce por este

até a sua foz no Rio Capivara".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 10.09.96.

(a) ANIRAL KHURY

Presidente

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 85.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1996

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Geraldo Cartário e Nelson Garcia.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techv Filho, Albanor Gomes, Alqaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Reto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Posinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takavama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, João Preis, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessutti, Péricles Mello, Renato Adur, Reny Roratto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Edgar Bueno e Plauto Miró Guimarães (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 950-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REOUFR, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Mallet pela passagem do seu 84º aniversário de emancipação política, no próximo dia 21 de setembro/96.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Cesar Lovola Flenik, ao vice-Prefeito, Sr. Julio Bilek, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mallet.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mallet, localizado no Centro-Sul do Paraná, a 216 quilômetros de Curitiba, nasceu de uma estrada de ferro. A Estação Ferroviária Marechal Mallet foi construída em 1903, às margens do Rio Charqueada. O nome que mais tarde serviu para batizar a cidade, é uma homenagem ao engenheiro militar João Nepomuceno Mallet, natural de Badé (RS).

Com a construção da estrada de ferro e da estação ferroviária, muitas famílias se transferiram para as redondezas, formando um pequeno povoado, chamado São Pedro de Mallet, ao redor da capela construída em louvor a São Pedro. Para este povoado chegaram várias famílias de descendentes de poloneses e ucranianos.

O distrito judiciário de São Pedro de Mallet foi criado em 17 de dezembro de 1908, sendo elevado a termo judiciário em 24 de março de 1923, fazendo parte da Comarca de União da Vitória. A instalação oficial do Município com a posse do primeiro prefeito, José Pompeo, aconteceu em 21 de setembro de 1912. A Lei Estadual 2.645, de 1º de abril de 1929, deu oficialmente a denominação e grafia de Mallet ao município fundado às margens do Rio Charqueada.

Hoje, o Município de Mallet sobrevive da agricultura. Os 1690 agricultores produzem feijão, milho, fumo e erva-mate, mas a fruticultura começa a despontar como uma nova opção na diversificação da propriedade.

Um grupo de 100 produtores está cultivando ameixa, caqui, pêssego e kiwi numa área de 85 hectares. Segundo os técnicos, a fruticultura pode garantir um melhor rendimento aos pequenos agricultores do Município que estão descontentes com o retorno que estão tendo com lavouras tradicionais.

No ano passado, 1410 produtores plantaram 7,2 mil hectares de feijão. Este ano a área cultivada é 20% menor porque alguns agricultores decidiram trocar o feijão pe-

lo milho, que cresce na mesma proporção da redução do feijão, chegando a 7,1 mil hectares. Dos 1690 produtores de Mallet, 1424 são pequenos, 161 são médios produtores e apenas 105 têm grandes áreas.

Além do feijão e milho, que são as principais lavouras, 1,2 mil agricultores mantêm quase 4 mil hectares plantados com erva-mate e 515 cultivam 980 hectares de fumo.

A SERRADO e PASTA DE CELULOSE LTDA. (SEPAÇ) é a principal indústria de Mallet. Fundada em 1977 para aproveitar uma área de reflorestamento de pinus, a indústria se dedica hoje exclusivamente à produção de papel higiênico. A celulose de pinus, principal matéria-prima dos primeiros anos da fábrica, hoje representa apenas 0,5% do abastecimento. A maior parte da produção atual é feita a partir de papel reciclado.

A Estância Hidromineral Dorizon leva atualmente 20 mil turistas ao Município de Mallet. A estância é a grande atração turística do Município e uma das principais estações de água do Paraná. A principal atração do local é a água mineral alcalina sulfurosa e magnesiânica.

A água, que jorra a 18 graus numa vazão de 749 litros por hora, é medicinal e tem ação digestiva atuando sobre o fígado, rins e intestinos.

A área total da estância hidromineral é de 247 mil metros quadrados cobertos por mata nativa e cortados pelo Rio Claro. A estância fica a seis quilômetros de distância da sede do Município e abriga um hotel fazenda de categoria três estrelas.

O hotel possui 40 apartamentos, restaurante, salão de jogos, sala de convenções, bar, sauna, cancha de bocha, quadra esportiva, parque infantil, campo de futebol, galpão para recreação infantil e três piscinas, das quais uma é térmica.

É com grande júbilo que, no próximo dia 21 de setembro toda população de Mallet irá comemorar festivamente o transcurso do 84º aniversário de emancipação política do município.

Nesta oportunidade queremos parabenizar o prefeito Cesar Loyola Flenik pelo incansável trabalho que vem desenvolvendo em favor da comunidade malletense e pelo progresso cada vez maior do município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão e reconhecimento aos malletenses na certeza de que continuarão com a mesma garra o trabalho diuturno em prol do engrandecimento daquela região.

#### REQUERIMENTO Nº 951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a

consignação, na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de São Mateus do Sul, pela passagem do seu 88º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Arqos Fayad, ao Senhor vice-Prefeito, Laurival Mayer, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Toda população de São Mateus do Sul exultante de alegria irá comemorar, no próximo dia 21 de setembro, seus 88 anos de emancipação política.

No transcurso da data magna do Município - "21 de setembro" - queremos homenagear o povo de São Mateus do Sul, na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços para o engrandecimento cada vez mais exorressivo do município.

Os administradores de todos os tempos merecem o nosso respeito e admiração pelo trabalho desenvolvido em prol do progresso daquela região.

Parabenizamos nesta ocasião a laboriosa população de S. Mateus do Sul, pela conquista obtida com a extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa uma vez que em dezembro do corrente ano será realizado seu primeiro concurso vestibular. Pois, a criação do Curso Superior representa um avanço muito importante para o Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão e reconhecimento a todos, augurando pleno sucesso.

#### REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Votos de Congratulações e Aplausos, ao Município de Rebouças, pelo transcurso de seus 66 anos de Emancipação Política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, João Pedrolin de Toledo, ao Vice-Prefeito, o Senhor Hélio Pereira Marques, bem como a todos os Senhores Vereadores e cumprimentem a laboriosa população de Rebouças.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Rebouças - orgulhosamente comemorará, no próximo dia 21 de setembro seus 66 anos de emancipação política.

ca.

Toda a população de Rebouças, que juntamente com seus administradores de todos os tempos procuram, com muito trabalho e grande responsabilidade, ampliar os programas que vêm contribuir para o completo desenvolvimento do Município. Pois, cada um fazendo a sua parte as adversidades serão superadas e cada vez mais Rebouças se tornará um Município dinâmico e humano. O trabalho em conjunto, a união de forças sempre foram os fatores básicos para as conquistas e benefícios alcançados.

Ao contentamento de toda a população, pela passagem de tão significativa data, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, se associa a todos renovando sua gratidão e reconhecimento, na certeza de que o Município de Rebouças continuará apresentando, cada vez mais expressivo progresso.

#### REQUERIMENTO N° 953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de congratulações, ao Excelentíssimo Senhor José Richa, ex-Governador do Estado do Paraná, pela passagem do seu aniversário, no dia de hoje, e que seja enviado cópia do presente para a Avenida República Argentina, 2.403, 11° andar, conjunto 113, Curitiba - Paraná.

Nestes termos pede deferimento, em conformidade com o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO N° 954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de louvor a EMBRATEL, pela comemoração dos 31 anos de existência, representada no Estado do Paraná pela pessoa do Senhor Paulo César Barhosa de Oliveira, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO N° 955

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de louvor a Diretoria do Jornal Folha de Londrina, pela conquista do prêmio ABERJE/SUL, considerada a mais importante premiação da comunicação empresarial brasileira, na categoria des-

taque/inação em qualidade.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO N° 956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado "Votos de Congratulações" ao casal Lourival Luís Fornazari e Leni Kolloni Fornazari, pelas comemorações, neste mês de setembro, dos 50 (cinquenta) anos de vida conjugal. Comemorações das Bodas de Ouro.

O Dr. Lourival Luís Fornazari, médico, nasceu em 16/02/1925, na cidade de Ponta Grossa, neste Estado do Paraná, filho de Luís Fornazari Netto e Martha Padilha Fornazari. Concluiu seus estudos primários na Escola Senador Correia e cursou o Ginásio e pré-científico no Colégio Regente Feijó em Ponta Grossa.

Em 05/09/46, casou-se com a Senhora Leni Kolloni Fornazari, com quem tem três filhos: Eleusa (formada em Bioquímica); Eleusi (formada em Línguas) e Luís Angelo (de formação Médico Ginecologista).

No ano de 1946, o Dr. Lourival Luís Fornazari prestou vestibular na Faculdade de Medicina do Paraná onde veio a se formar, no Curso de Medicina, em 1951. Neste período transferiu residência para Irati onde reside e presta relevantes serviços em sua profissão até hoje.

No campo político foi por duas vezes vereador do Município e Prefeito de Irati, gestão em que teve participação decisiva na construção do Hospital Regional de Irati, inaugurado em 1974. Foi diretor clínico por duas vezes do HRT do qual atualmente é provedor.

Ao casal Dr. Lourival e Leni, um exemplo a ser seguido, nossas mais sinceras homenagens.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Município de Ponta Grossa, pela comemoração de seus 173 anos de emancipação política.

Ponta Grossa chega aos 173 anos de sua emancipação política, vibrante em atualidade, mas sem perder os traços marcantes de pouso acolhedor do caminho das tropas, o cosmopolitismo da hospitalidade que conservou sempre seus braços abertos para re-

ceber, carinhosamente, aos que lhe chegam.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência a Prefeitura de Ponta Grossa, em nome do Prefeito Paulo Cunha Nascimento e de todos os municípios pontagrossenses.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO N° 958**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Fazenda Pedro Malan, solicitando por que os repasses do Fundo de Participação dos Municípios tiveram grande redução nos últimos seis meses.

No caso de Ponta Grossa, no mês de abril o repasse foi em torno de R\$ 1.100.000,00, em setembro esse repasse ficou em apenas R\$ 600.000,00.

O Município de Ponta Grossa vem procurando diminuir ao máximo as despesas para poder manter com regularidade os serviços essenciais da população. Acontece que está chegando a um ponto crítico pois quando a redução é pequena é fácil de contornar o problema, mas com uma queda de R\$ 500.000,00 na receita a situação fica caótica.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO N° 959**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da República e aos Ministros da Fazenda e das Relações Exteriores, referindo-se ao fato de que o Porto de Paranaquá ficou fora da criação do Corredor Atlântico para o MERCOSUL.

A criação acima referida, foi assinada por entidades portuárias do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, tendo como objetivo transferir aos navios a carga que é movimentada nas rodovias.

Solicita-se a inclusão do Porto de Paranaquá no Corredor Atlântico para o MERCOSUL, devido ao fato de que o Paraná já se mostra como centro principal da movimentação de cargas do MERCOSUL.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**PORTO DO PARANÁ  
FORA DO CORREDOR ATLÂNTICO**

Israel Reinstein

Curitiba - O fato de o Paraná ficar de fora da criação do Corredor Atlântico para o MERCOSUL, assinado por entidades portuárias

do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, não preocupa a Administração dos Portos de Paranaquá e Antonina (APPA).

"O Paraná já se mostra como centro principal da movimentação de cargas do MERCOSUL", destacou o superintendente da Appa, José Anibal Petrália.

De acordo com o projeto do protocolo de intenções, firmado entre os quatro países, seria criado um corredor marítimo de transporte, transferindo aos navios a carga que é movimentada nas rodovias.

Por este corredor, divulgado pelo jornal Gazeta Mercantil, seria transferido parte do movimento da região, que hoje representa R\$ 13 bilhões ao ano e que é feito quase na totalidade - precisamente em 75% - por meio de caminhões.

A idéia seria ter como exemplo a experiência brasileira do Corredor de Transporte Centro-Leste implementado em 1992 que com a montagem de uma logística de transporte intermodal, liga os portos da costa do Espírito Santo à área agrícola do cerrado brasileiro (de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás). Este corredor tem a extensão de 1.860 quilômetros.

Pelo acordo onze portos marítimos e fluviais da região já aderiram ao programa de adesão do corredor, sendo: Manaus, Belém, São Luiz, Suape, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Imbituba, Montevideu, Buenos Aires e Assunção.

"A idéia pode ser boa, mas apenas para este porto que não pertença ao dia-a-dia do comércio entre os países", questionou Petrália.

Para ele, os portos que se apresentaram para formar o Corredor, à exceção de Imbituba e dos outros países do MERCOSUL, não têm tradição neste mercado.

"Fasta ver o mapa do Brasil. Por isso, como paranaense, não sinto que isto represente um problema para a tradição de Paranaquá", finalizou.

**REQUERIMENTO N° 960**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de reiterar o pedido do proprietário do terreno localizado na Av. Madri, n° 477 - Bairro Rio Verde, constante em nosso Requerimento LCM/AL/11.978/96, datado de 21/05 do corrente, referente a abertura de valetas e colocação de manilhas no referido endereço.

Solicitamos especial atenção ao pedido, uma vez que o Senhor Sebastião infe-

lizmente não pode arcar com as despesas do manilhamento, uma vez que já terá que dispor de recursos próprios para arcar sua casa que se encontra abaixo do nível da rua.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 961

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR no sentido de atender o pedido dos moradores da Av. das Araucárias - Bariqui - Município de Araucária, os quais solicitam a implantação da rede coletora de esgotos nessa rua.

Solicitam ainda, a verificação referente a um vazamento de água que vem ocorrendo em frente ao n° 355, da rua citada. Informações complementares podem ser obtidas com a Sra. Rosângela Aleixo pelo telefone 843.2639.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 962

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de colocar lâmpada no poste existente em frente ao n° 927, na Rua Isaac Victor Pereira.

O pedido está sendo feito pelos moradores, uma vez que à noite o local fica às escuras, causando apreensão de todos.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 963

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua das Laranjeiras - Colônia Gabriela, os quais solicitam a colocação de anti-pó nessa rua.

O tráfego de caminhões e ônibus escolar é intenso, há muita poeira prejudicando sensivelmente o bem-estar e a saúde da população.

Solicitam ainda mais postes e lâmpadas nos existentes, já existem alguns postes, porém, não é suficiente para proporcionar segurança à noite, uma vez que há vários

lugares muito escuros.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 964

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Tatiana - Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a abertura da Rua Onze e proximidades, uma vez que não há passagem para carro. Muitas vezes os moradores ficam doentes e precisam ser transportados no colo das pessoas, caso contrário podem até morrer sem poder sair de suas residências. O local está totalmente abandonado, necessitando urgentemente de melhorias.

Os moradores estão solicitando implantação de rede de água, energia elétrica e serviços do Correio e a abertura da rua faz-se imprescindível para que os órgãos competentes possam executar as obras solicitadas.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 965

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Tatiana - Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a implantação de rede de distribuição de água e de rede coletora de esgotos sanitários na Rua Onze e proximidades.

Toda uma população vem sofrendo com a falta de água e com o esgoto que corre à céu aberto, motivo pelo qual pedem que o presente pedido seja atendido o mais breve possível. Informações complementares podem ser obtidas com o Senhor José Garcia pelo telefone 322-9989 (comercial), no período da manhã.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 966

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica -

COPTEL, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Tatiana - Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a implantação da rede de energia elétrica na Rua Onze e proximidades.

Toda uma população vem sofrendo com a falta de luz, motivo pelo qual pedem que o presente pedido seja atendido o mais breve possível. Informações complementares podem ser obtidas com o Senhor José Garcia pelo telefone 322-9989 (comercial), no período da manhã.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 967

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Tatiana - Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a implantação do serviço de entrega de correspondências na Rua Onze e proximidades.

Toda uma população vem sendo prejudicada pela falta desse serviço de utilidade pública, motivo pelo qual pedem que o presente pedido seja atendido o mais breve possível. Informações complementares podem ser obtidas com o Senhor José Garcia pelo telefone 322-9989 (comercial), no período da manhã.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 968

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos moradores da Colônia Gabriela - Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam o prolongamento de uma das linhas de ônibus Mateus Leme ou Jardim Buenos Aires, tendo em vista que os pontos são muito distantes uns dos outros, causando alguns transtornos e sofrimento para a população.

A distância é de mais ou menos 20 minutos. Informações complementares podem ser obtidas com a Senhora Ivone Rosemari M.P. de Almeida pelo telefone 354-1754.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 969

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos, no sentido de implantar o serviço de entrega de correspondência na Rua das Orquídeas - Conjunto Diadema - CIC.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais afirmam que já existe CEP na mesma. Informações complementares podem ser obtidas com a Senhora Diva da Cruz Sales, pelo telefone 248-2290.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 970

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Colônia Gabriela, localizada no Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a implantação de um telefone público na frente da Capela São Francisco Xavier, situada na esquina das Ruas das Laranjeiras e das Amoreiras.

Como o local é muito movimentado, um telefone ali instalado seria de grande valia a toda comunidade.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 971

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido da Senhora Judite da Silva Goes, residente na Rua Um n° 59 - Vila Cláudia - São Braz, a qual solicita a remoção do poste de energia pública da frente da sua casa para o lado da mesma.

Ocorre que ela necessita fazer uma entrada para carro e esse poste está atrapalhando. Informações complementares podem ser obtidas com a Senhora Judite pelo telefone 272-4588.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 973

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Dou-



tor Arlindo Porto, solicitando a revogação da Portaria n° 107 de 16 de agosto de 1996, da Secretaria de Defesa Agropecuária, que suspende o trânsito de animais suscetíveis a febre aftosa para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHY

#### JUSTIFICATIVA:

A publicação de Portaria n° 107/96 de 16/08/96, da Secretaria de Defesa Agropecuária, que suspende a entrada de animais suscetíveis a febre aftosa nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a partir de 01/09/96, compromete substancialmente o Estado do Paraná, cuja produção de suínos é significativa tanto para o abate como para reprodução.

Esta restrição ocasiona sérios reflexos econômicos e sociais, para o Governo Estadual e principalmente para os produtores, que estão extremamente prejudicados com os baixos preços causados pelas importações, pelo alto custo do milho e dos insumos básicos.

Os frigoríficos dos dois Estados do Sul, em parceria com Cooperativas e produtores do Paraná, não terão condições de adquirir os animais do Estado para o abate em suas instalações, ocasionando um represamento do rebanho paranaense, o que forçará nova baixa do suíno vivo.

A suinocultura paranaense por sua vez, sofrerá novamente um injusto e profundo impacto com a manutenção dessa medida, pois o Estado do Paraná, vem realizando um trabalho sanitário eficiente no combate a febre aftosa, sem registro de nenhum caso (foco) nos últimos tempos, o que torna inexplicável a medida punitiva.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 426/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - É obrigatória a instalação de dispositivo mecânico de segurança que permita a descida e mobilidade de pessoas em situação emergencial, nos edifícios construídos com mais de cinco andares.

Art. 2° - O dispositivo mecânico de segurança será parte integrante dos itens de vistoria para obtenção de Laudo do Corpo de Bombeiros.

Art. 3° - Os edifícios já existentes se adequarão ao disposto nesta Lei num prazo de 1 (um) ano a contar da sua vigência.

Art. 4° - O Poder Executivo editará, num prazo de 60 (sessenta) dias, as normas

para o cumprimento desta Lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A segurança do cidadão é parte integrante dos deveres do Estado. Ora, é sabido que, apesar de todo o avanço tecnológico, a maioria dos edifícios destinados à moradia ou escritórios comerciais não possuem outros dispositivos para movimentação de pessoas ou objetos que não sejam dependentes do sistema elétrico. Entretanto, em caso de incêndio, assaltos ou outros infortúnios, é exatamente a energia elétrica aquela que primeiro fará falta.

Assim, o presente projeto de lei visa ordenar as construções com mais de cinco andares, com dispositivos mecânicos de segurança e que sirvam como salvaguarda de vida e de valores.

Com a criação da presente Lei, o poder público estará cumprindo sua missão e dever constitucional de garantir a segurança a seus cidadãos, propiciando o bem comum e a tranquilidade das famílias.

Há que se considerar, ainda, que os equipamentos obrigatórios existentes nos edifícios, hoje, visam evitar e combater o incêndio. No entanto, para movimentação de pessoas e remoção com segurança de vida, apenas as escadas são exigidas que, por ocasião de incidentes, têm demonstrado suas limitações.

Desnecessário dizer, ainda, da considerável economia por parte do poder público para com equipamentos do corpo de bombeiros, se adotado o uso de tais dispositivos mecânicos nos edifícios, proporcionalmente muito baratos e eficazes.

Experiências realizadas com tais dispositivos mecânicos indicam o acerto do presente Projeto e o alcance humano que detêm por sua peculiaridade e simplicidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado João Preis, no Pequeno Expediente.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, membros da Mesa Executiva, Senhores Deputados.

É uma satisfação imensa e com bastante emoção que volto a essa tribuna depois de que aqui participei durante quatro anos, como Deputado desta Casa, e agora voltando depois de um ano e 8 meses de ausência, realmente senti saudades dos colegas, e posso afirmar que aqui é que fiz as melhores amizades que tive em toda a minha vida.

Fui eleito como 1º Suplente na última eleição pelo Partido Progressista, com 16.037 votos, e aqui eu queria me colocar à disposição de todos os Deputados e em especial aos Deputados de Maringá, Emerson Nerone, Marquinhos Alves, Deputados eleitos por Maringá e sua região.

Assumo a vaga do nobre Deputado Joel Coimbra, que atendeu o chamado do seu Partido, do Governador Jaime Lerner, para disputar a Prefeitura Municipal de Maringá. Aqui eu queria dizer, de que a Assembleia teve a oportunidade de conhecer o dinamismo e o trabalho do companheiro Joel Coimbra, principalmente sendo Deputado novo, já assumindo a Presidência da Comissão mais importante desta Assembleia, a CCJ.

Esse jovem Deputado, em Maringá ele se destacou como Promotor da Comarca, e fez uma brilhante e também uma justa atuação ao PROCON, que o credenciou em 1992, se candidatando a Prefeitura Municipal tendo uma expressiva votação. Ele tem desenvolvido um bom trabalho junto ao Governador Jaime Lerner, destinando verbas em orçamento para as obras prioritárias de nossa cidade de Maringá, como o Aeroporto Internacional e a Rodoviária. É realmente reconhecido por todos, que hoje, ele é a pessoa mais certa para assumir a Prefeitura de Maringá.

Aqui eu queria assumir o compromisso, que como Joel, nós também estamos prontos para colaborar com o Governador, votando a favor das matérias, vindo do Palácio, que eu tenho certeza virão todas em benefício do Paraná. Aos meus colegas e a Presidência desta Casa, a Mesa Executiva, eu quero me colocar à disposição.

O Sr. Orlando Pessuti - Com a permissão do Presidente Anibal Khury, quero mesmo estando no Horário do Pequeno Expediente, mas com o horário liberado, em nome da Liderança da Bancada do PMDB, saudar o seu retorno à Assembleia Legislativa do Paraná. Nós da Bancada do PMDB tivemos o privilégio de tê-lo como nosso integrante, tivemos o privilégio de fazer campanha juntos, nas últimas eleições no Estado do Paraná e pessoalmente posso testemunhar a sua passagem por esta Casa com importantes realizações, importantes projetos, não só na região Norte, Noroeste do Estado, mas ao Paraná como um todo. Pessoalmente, lhe devo amizade. Somos companheiros de trabalho em diversos municípios da Região Norte, Noroeste e Centro do Paraná, e destaque em especial Doutor Camargo, onde além de fazermos um trabalho juntos, fizemos uma campanha eleitoral no mesmo palanque com o apoio do Prefeito Paulo Maluf, dos companheiros de Doutor Camargo, estivemos lado a lado no mesmo balanque e com a nossa campanha fixada nos mesmos muros

da cidade.

Então, tenho uma satisfação pessoal em vê-lo retornando à Assembleia. E, pelo que a gente pode depreender das informações das pesquisas eleitorais no Estado do Paraná e em especial Foz do Iguaçu e Maringá, temos certeza de que o seu retorno não é por apenas 120 dias, na ausência de Joel Coimbra, mas certamente será até o final desta legislatura. E tenho certeza que a sua presença aqui engrandecerá este Parlamento, engrandecerá a Região Noroeste do Paraná e o nosso Estado.

Aquilo que estiver ao nosso alcance e da Bancada Peemedebista que represento neste momento, queira V.Exa. ter a certeza de que estaremos ao vosso lado para juntos fazermos o melhor para o Paraná.

O SR. JOÃO PREIS - Muito obrigado, companheiro Pessuti!

Palavra ao nobre companheiro Elío Rusch.

O Sr. Elío Rusch - Deputado João Preis.

Nós que tivemos o prazer e o privilégio de conviver com Vossa Excelência, na legislatura passada, e hoje nós temos o prazer e o privilégio, novamente, de recebê-lo, nesta Casa como Deputado e "Oxalá", se a Assembleia Legislativa, efetivamente, pudesse contar sempre com pessoas da sua qualidade, da sua competência e acima de tudo da sua experiência na vida pública, o credencia amplamente de exercer o cargo ao qual Vossa Excelência assume no dia de hoje.

Nós na qualidade de Líder da Bancada do PFL, queremos desejar as boas-vindas e que tenha sucesso, e êxito nesse tempo que o Senhor estará assumindo esta cadeira na Assembleia Legislativa.

O SR. JOÃO PREIS - Muito obrigado.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado João Preis.

Tive o prazer e a satisfação de convivemos juntos, no mesmo partido quando Vossa Excelência ocupava o cargo de Deputado aqui nesta Casa, ainda posteriormente disputamos uma eleição democrática, aonde todos os seus companheiros sentiram a ausência do Deputado Preis, aqui nesta Casa, visto que foi uma excelente votação, mas pelo sistema eleitoral deste País, outros Deputados têm ocupado a cadeira aqui com menos votos que Vossa Excelência.

Então, é a regra do jogo, temos que aceitar.

Mas, não aceitamos muito satisfeitos por termos que repudiar o sistema eleitoral, porque quando o povo escolhe democraticamente e elege o seu representante tem que haver a condição de número de votantes

e Vossa Excelência é uma das vítimas do processo eleitoral que reina neste País.

Agora, Vossa Excelência se encontra num Partido no PPR, tenho a certeza que o nosso Partido o PTR, também é isento dos outros partidos de lhe dar as boas-vindas e o recebe de braços abertos, querendo uma vez mais ser de novo um companheiro leal como Vossa Excelência foi conosco e como sempre nós procuramos ser como Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O Sr. César Seleme - Em nome do PPR nós damos as boas-vindas a Vossa Excelência e dizer que a sua presença nesta Casa, engrandecendo as fileiras do PPR só vem engrandecer o nosso Partido.

E somos sabedores do seu trabalho, já pelo povo do Paraná por esta Casa de Leis, dizer que no dia de hoje o PPR do Estado do Paraná, está feliz pelo retorno de Vossa Excelência a esta Casa de Leis.

E dizer que o nosso partido, juntamente, com o Governo do Estado, o Governador Jaime Lerner nós temos muito o que fazer pelo povo do Paraná e a sua contribuição será importante.

Seja bem-vindo ao PPR nesta Casa.

O SR. JOÃO PREIS - Muito obrigado, Deputado Seleme.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Quero além de cumprimentar Vossa Excelência e agradecer a sua participação desde já no bloco municipalista. Porque na legislatura passada a tua pessoa, João Preis, sempre esteve ao lado do municipalismo paranaense e brasileiro.

E hoje estamos entrando na Casa com aquela mesma luta da legislatura passada e da presente com a representação que era do Pessuti e que foi de outros grandes companheiros, como o Presidente do Conselho Parlamentar do Sul.

Defendendo sempre este quadrante da nação que muito contribui para com o solo pátrio e nada recebe em troca, aliás, recebeu, tiraram o Porto de Paranaquá e hoje estamos entrando com um requerimento e queremos o voto de Vossa Excelência.

Tiraram o Porto de Paranaquá do corredor do MERCOSUL do Projeto Atlântico e nós não concebemos que o nosso Porto, que sendo Paraná vitrina do MERCOSUL, e faz realmente a proteção em termos nacionais da representação dos vinte e poucos Estados da nossa Nação.

O Porto de Paranaquá fique aliado deste corredor do MERCOSUL. Estamos entrando com requerimento junto ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, ao Ministro da Fazenda, ao Presidente da República para que inclua o Porto de Parana-

quá neste projeto Atlântico do MERCOSUL.

E conjuntamente estamos entrando em nome do Municipalismo Paranaense a representação, pegando como exemplo a minha cidade de Ponta Grossa aonde o fundo de participação dos municípios caiu 50% de janeiro até o dia de hoje e se continuar neste prisma, Ponta Grossa que é uma cidade grande, a próxima questão seja qual for o Prefeito, o Plauto, o Jocelito, o Péricles, nossos companheiros desta Casa ou mesmo até o Penkoski, não terá condições de administrar a cidade como não terão condições todos os Prefeitos eleitos agora no dia 3. Se Ponta Grossa que é uma grande cidade caiu 50%, imagine as pequenas e médias cidades deste Paraná. E V.Exa. venha somar conosco para defender o municipalismo não só do Paraná mas de todo o Brasil.

Dos 4.700 municípios que ficarão campenhas com este Projeto do Kandir, Ministro sem condições nenhuma de ver a realidade do Brasil propondo ao Congresso Nacional, que infelizmente já passou na Câmara mas tenho a certeza que o Senado não irá aprovar aquilo que é de interesse do povo brasileiro contra o interesse do municipalismo do Brasil. Tenha a V.Exa. as boas-vindas e desde já a incumbência do trabalho que sempre desenvolveu nesta Casa a favor do Município do Paraná e do Brasil.

O SR. JOÃO PREIS - Muito obrigado, queria agradecer esta manifestação de carinho e de boas-vindas, e dizer que realmente foi nesta Casa que encontrei os melhores e verdadeiros amigos.

Nós somos adversários muitas vezes na política como diz o Pessuti, mas o importante é nós mantermos sempre vivos esta imagem extraordinária que nós temos sentido agora principalmente que nós ficamos um ano e oito meses na iniciativa particular.

Nós sentimos o grande conceito que a Assembléia Legislativa goza junto aos paranaenses.

Muito obrigado Senhores Deputados, muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar eu também queria me associar àqueles que saúdam a volta deste nosso companheiro extraordinário que é o Deputado João Preis e que só por um acidente de percurso na eleição de 94, já não retornou a esta Casa e João Preis é um grande companheiro que todos nós admiramos e gostamos muito pela sua qualidade como Deputado e fundamentalmente com a sua preocupação com as questões sociais.

Queria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vir a esta tribuna aqui para denunciar um fato extremamente grave.

Está aqui na nossa tribuna de honra, Deputado Waldir Rossoni, Vossa Excelência que é Líder do Governo, queria que Vossa Excelência prestasse atenção, está aqui nesta tribuna de honra, o Vereador Carlito Tomé da Silva Júnior, que também é advogado, Vereador do Município de Ribeirão do Pinhal, e quando digo que há determinadas coisas que estão indo muito mal neste Estado, aqui sempre tenho muita confiança em dizer que estou sempre lastreado em provas documentais. E veja, Senhor Presidente e Senhores Deputados, veja se é possível uma Prefeitura Municipal lançar uma carta-convide para compra, tendo como objeto, a iluminação e arandimentamento da Praça Prásmo Cordeiro, Município de Ribeirão do Pinhal.

Ajardinamento, com o dinheiro do PRD, com o endosso do Senhor Lubomir Fisinski, Deputado Cartário.

E pasmem os Senhores, está aqui a carta-convide, está aqui o edital publicado no dia 06 de setembro de 96, no Jornal Folha de Londrina, jornal de grande circulação em todo o Paraná e aqui está o convite 26/96 de Ribeirão do Pinhal, a carta-convide que os senhores sabem é elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Programa Paraná Urbano.

Até aí Deputado Rossoni, Vossa Excelência deve estar me perguntando: "Mas o que tem de errado?"

Será que o Romanelli enlouqueceu?

Não, marcaram já a data de inauguração, Presidente Anibal Khurv, a obra que está sendo licitada, já está com data da inauguração marcada para o próximo dia 21, e segundo as informações que recebemos iria lá o Prefeito de Curitiba Rafael Greca de Macedo porque o Prefeito local lá tem uma certa admiração pelo Prefeito Rafael, eles devem ter muitas coisas em comum.

Mas Deputado Alçaci Túlio aonde está a grande irregularidade? A irregularidade é que a obra está pronta. Estão aqui as fotografias da obra executada Deputado Pesutti, em 90% a obra está pronta, o Prefeito inventou inclusive lá o tal de uma cópia do Farol do Saber aqui. Que também lá tem muito mais farol do que saber, a praça está arandimentada, estão todas as fotos aqui. Pergunto a essa Casa: é possível confiar num Secretário que vem aqui pedir o cheque em branco para criar PARANACIDADE e fica ele licitando obras que já estão concluídas? Aonde que estamos vivendo meus amigos e minhas amigas? Aonde estamos vivendo Deputado Cartário? Aonde um Governo endossa uma maracutaia deste tamanho.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, conheço o Prefeito

que Vossa Excelência está falando. Não estou assim lembrando do nome dele. Ouero dizer a Vossa Excelência, que Vossa Excelência está querendo incluir o Governo do Paraná numa licitação aonde a licitação é feita pela Prefeitura. Não quero aqui dizer que o Prefeito está tomando atitudes irregulares ou não, mas acredito que o nobre Vereador deste município que está aqui tem o fórum competente para discutir as questões do município.

Lá no seu município, que é a questão da Câmara de Vereadores, e também temos o Tribunal de Contas. Agora, querer envolver o Secretário de Desenvolvimento Urbano numa licitação lá de Ribeirão do Pinhal é procurar um discurso, que não vai pegar e não tem justificativa.

Concordo, se existirem irregularidades, que a Câmara de Vereadores casse esse Prefeito e que leve a questão ao Tribunal de Contas. Agora, não pode se envolver o Secretário de Desenvolvimento Urbano.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Vossa Excelência é Deputado em que Estado da Federação?

O Sr. Valdir Rossoni - Se você não sabe, procure saber!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Qual Estado? Do Paraná. Qual é a Secretaria que coordena? Quem é que elaborou o edital?

O Sr. Valdir Rossoni - Coordenar é uma questão. Agora, fiscalizar é outra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Quem fiscaliza a aplicação de recursos é o SEDU, que embora o Governo do Estado fique fazendo chapéu alheio, porque os recursos são do Banco Mundial com contrapartida das Prefeituras. Mas quem é o responsável, quem é o tomador de empréstimos, quem é o órgão repassador é a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Foi ela que fiscalizou. Foi ela que elaborou o edital. São seguramente os seus técnicos, que estão acompanhando e o Secretário de Desenvolvimento Urbano é, sim, o responsável por tudo o que ocorre na sua Pasta.

É a famosa lei, que se tornou quase que uma regra nesse País, e, principalmente, para o Governador Jaime Lerner: o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde.

Ora, Deputados, e Deputado Rossoni, não é possível isso. É claro, que a Câmara de Vereadores de Ribeirão do Pinhal está tomando as providências. Mas não é possível, dinheiro sagrado, que é dinheiro público, o dinheiro do SEDU, que agora se chama Paraná Urbano e deram outro apelido para ele aqui, sendo aplicado, mal aplica-

do, Presidente. É a malversação.

Estão, aqui, as provas que são documentais. Espero, na verdade, que esta Casa tome providências. Vou encaminhar um pedido de informação e, se for o caso, convocar aqui o Secretário do Desenvolvimento Urbano para explicar muito bem explicadinho, onde ele está colocando o dinheiro do povo. Porque o dinheiro do povo é um dinheiro sagrado.

Está aqui a denúncia e quero crer o seguinte, que o Deputado Valdir Rossoni, que é Líder do Governo, tem a obrigação de levar isto ao conhecimento do Governador do Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Romanelli, realmente, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDU, trouxe uma figura nova nas execuções dos convênios e do preparo do convênio, que foi precisamente um fato que não conhecia, apesar de eu ser um municipalista com mandato há vinte e quatro anos, não sabia que poderia ter acontecido isso, e aconteceu.

As associações de Prefeito das regiões passaram a ter o papel muito importante na fiscalização, na elaboração e na preparação documental. Não sei por que a Secretaria, inclusive, delegou esses poderes a uma associação. Inclusive, tenho tido algumas dificuldades junto à Secretaria, porque as associações sempre, já o Moisés Lubion falava isso, que o Presidente de uma associação é, na verdade, um mini-Governador. Todo Presidente da associação de Prefeitos quer ser Governador, lá na região dele.

Então, isso foi uma abertura muito complicada. O Deputado Beto Richa abordou isso, aqui, com a questão da associação da eleição lá do Norte Pioneiro, já preocupado com isso. A Secretaria, hoje, delegou esse poder à associação dos municípios e, com isso, está acontecendo precisamente isso. Porque o Prefeito é amigo lá do pessoal, porque quem indica o técnico é a própria associação. Então, talvez, tenha ocorrido isso. Uma obra, praticamente concluída está entrando em carta-convite, em licitação.

O outro fator, que também tem que ser levantado junto ao SEDU, é precisamente o seguinte: dizem os técnicos do SEDU, e parece que está uma confusão tremenda lá. Foi ontem e hoje. Está todo mundo indo para Brasília, porque o Banco Internacional não está aceitando a forma como estão sendo feitas as cartas-convites. Acho que estão indo para Brasília para resolver este problema. Mas acontece, que tem uma legislação nossa, que é a legislação brasilei-

ra, que determina o que é carta-convite e os valores. E hoje a SEDU diz que não pode acatar porque além da lei brasileira tem uma lei maior, que é aquela que está mandando dinheiro para o Brasil.

Então, isso tem que ser levantado, inclusive é uma interferência a soberania nacional. Não é pelo fato do Brasil precisar de dinheiro que tem que mudar a nossa legislação, porque se isso acontecer, como é que fica o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas não terá mais valor nenhum aqui no Paraná e no restante do Brasil, porque ele vai fiscalizar que lei? Ele tem que fiscalizar a Lei Nacional, não a Lei dos Americanos ou do BID, ou coisa parecida.

Então, esse fato que Vossa Excelência abordou com todo o respeito ao Deputado Rossoni, mas acho que nós vamos ter que debater muito aqui, questionar - não a pessoa do Secretário que é uma pessoa honesta, competente, sem dúvida nenhuma, mas a forma como está sendo distribuído os encargos e as responsabilidades desse investimento do PARANACIDADE.

Obrigado!

O Sr. Valdir Rossoni - Só uma contribuição, Deputado Romanelli. Quanto a questão que se refere ao Deputado Geraldo Cartário, também já levantei esse problema, já procurei o Secretário mas ele está viajando. O que está acontecendo realmente é que não estão cumprindo a lei, não cumprindo a lei do lado errado, do lado certo, porque a carta-convite, eles estão exigindo de uma forma diferente do que está na lei, e complica ainda mais a maneira de fazer a concorrência da obra que está sendo feita, está dificultando isso aí. Mas, segundo informações que temos, são exigências do Banco Mundial, mas não que facilite e que crie algum mecanismo para que haja falcatura nas concorrências.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Romanelli, entendo que nesta questão não só do "Paraná Urbano", mas de tantos outros programas, infelizmente ocorrem distorções de se licitar uma obra que já está executada. Isso é uma irregularidade tremenda, a Câmara de Vereadores tem que tomar posicionamento. Entendo que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, ao tomar conhecimento dessa denúncia de Vossa Excelência, deverá tomar providências a esse respeito.

O Deputado Cartário lembra que hoje a elaboração dos projetos, todo o trâmite técnico e a fiscalização da execução da obra, isto afeta as Associações dos Municípios e entendo que Vossa Excelência também tem que levar essa denúncia a Associação dos Municípios daquela região, porque

é lamentável vermos distorções como esta acontecer por aí fora.

Tenho um caso, o Deputado Miltinho talvez tenha conhecimento também - o Município de Cambira, o Prefeito comprou uma área no centro da cidade. Acho que em 94, em 95 vendeu para um terceiro e agora a Prefeitura comprou essa área e no local vai construir um calçadão onde serão investidos 240 mil reais do "Paraná Urbano". Vai emprestar 240 mil reais. Com esse dinheiro, daria para comprarmos pelo menos umas 20 mil toneladas de calcário. Se colocarmos que naquela região, 10 toneladas de calcário é o suficiente para corrigir 1 alqueire, teríamos aí 2 mil alqueires corrigidos. E se colocarmos naquela região que 1 alqueire produz ao redor de 200 sacas de milho e que com a correção do calcário você incrementa em pelo menos 20%, você teria pelo menos umas 80 sacas de milho sendo produzidas a mais.

Se colocarmos 80 mil sacas de milho ao preço de 8 reais a saca, temos  $8 \times 8 = 64$ , teremos 640 mil reais de produção a mais no município, se colocarmos o ICMS que se arrecada em cima disso, em dois anos teremos arrecadado muito mais do que se investiu, para fazer um simples calçadão.

Então, são distorções de visão administrativa e de benefício à população, que muitas vezes se comete. Tenho certeza que nesse caso de Ribeirão Claro, além de uma distorção na visão de uma prioridade, é também, evidentemente, uma irregularidade gritante que deva ser punida exemplarmente pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Por isso, louvo a Vossa Excelência por ter trazido ao conhecimento desta Casa uma irregularidade gritante como essa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, apenas para concluir.

Quero dizer duas coisas. Primeiro, o mau exemplo que os Prefeitos do Paraná vêm em Curitiba. Obviamente acabam seguindo no interior, porque acabam investindo em coisas que são supérfluas e deixam de lado o essencial. A segunda questão é em relação que o Deputado Cartário e o Deputado Rossoni disseram, é sobre a questão das licitações. De fato, os contratos do Banco Mundial prevêm o seguinte: que devem ser seguidos regulamentos, dele órgão financiador no processo licitatório, obedecida a legislação do país sede contratante.

Mas seguramente prevalecem no contrato do Banco Mundial as regras que são estabelecidas por ele.

Queria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, chamar a atenção e pedir providências especialmente ao Líder do Governo, que leve a frente essa denúncia para que esta irregularidade possa na verdade ser interrompida e que o dinheiro público não

seja mal gasto e mal aplicado.

Muito obrigado!

O SR. WALDIR ROSSONI - Deputado Romanelli, já comuniquei a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e dentro de poucos minutos terei a resposta aqui e eles já vão tomar as providências.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto as Lideranças se farão uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Deputada.

Hoje os jornais divulgam uma grande notícia para a nossa cidade, para a Cidade de Fazenda Rio Grande.

Essa notícia demonstra que o Governador do Estado tem realmente interesses pessoais pelos candidatos que está apoiando. Mas demonstra um espírito maior quando não discrimina as autoridades constituídas pelo povo do Estado. A Fazenda Rio Grande é um exemplo disso. Sabemos que na região metropolitana existem prefeitos mais afinados com o Governo do Estado, do que o Prefeito da Fazenda Rio Grande que é do PMDB. Mas, acima disso, gostaria de registrar aqui nesta Casa, a grande satisfação do representante da Cidade de Fazenda Rio Grande. E queria aqui cumprimentar o Presidente Anibal Khury, que foi o responsável pela criação do Município de Fazenda Rio Grande.

Deputado Anibal Khury, sempre o pioneiro nos avanços do desenvolvimento deste Estado, tem mais de 60 ou 70 municípios criados e que deram certo no Estado. Foi também o responsável pela Fazenda Rio Grande. Foi ele, como Deputado, inclusive naquela época o Governador Álvaro Dias não aceitava a criação do Município, ele usou uma habilidade muito grande para transformar em realidade um sonho que tive há 24 anos atrás, quando era vereador da Fazenda Rio Grande. Esse sonho acabou irradiando outros sonhos e transformou numa realidade. O que é a Fazenda Rio Grande hoje? A Fazenda Rio Grande está a 20 km de Curitiba. A Fazenda Rio Grande tem hoje o que o nosso Secretário da Indústria e Comércio, Deputado Nelson Justus, me falava já há algum tempo atrás, tão logo assumiu a Secretaria, a Fazenda Rio Grande tem hoje a mina de ouro da Região Metropolitana. A Fazenda Rio Grande tem, assim como os árabes podiam dizer mais um poço de petróleo que foi descoberto. Porque a Fazenda Rio Grande tem uma área de 1.000 alqueires situados nas confrontações com Umbará.

O Alçaci Túlio, que é da região, co-

nhece muito bem Umbará, e também com as confrontações com o Rio que divide com São José dos Pinhais. Tem uma área de 1.000 alqueires, completamente plana e sem conflitos sociais ou qualquer outro tipo de conflito de ordem técnica ou jurídica. Essa localidade chama-se Fazenda Imaçu, que está precisamente confrontando com o Rio Iguçu.

Segundo os técnicos da Secretaria da Indústria e Comércio, não só essa indústria, esses empresários tem interesse em ali colocar sua indústria, como inclusive a Renault demonstrou o maior interesse por aquela área. Constantemente helicópteros sobrevoam aquela área, de outros empresários do Brasil e até do exterior que estão procurando, localizando, filmando e fotografando aquela região que se chama a cidade industrial da Fazenda Rio Grande, aonde o Prefeito, já por lei, determinou que naquela área somente indústrias podem ser instaladas.

A Fazenda Rio Grande tem 60 mil habitantes hoje, e tem apenas uma arrecadação de ICMS com menos de 1% (um por cento) da Cidade de Araucária, ou seja, Araucária recebe por mês, de ICMS, R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais, enquanto a Fazenda Rio Grande recebe apenas R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por mês de ICMS. Vejam a disparidade que está acontecendo. Sendo que a população quase se compara hoje, entre a Fazenda Rio Grande e a Araucária.

No entanto, foi construído na Fazenda Rio Grande todas as escolas necessárias. Escolas com prédios de 2 mil metros quadrados, construídos pelo governo anterior e pelo atual Governo. Foram construídos 14 Km de ruas sem cobrar um centavo dos moradores. Ali foi construído um dos melhores hospitais da Região Metropolitana, respeitando, claro, sempre a iniciativa privada e respeitando o Hospital Angelina Caron. Fora o Hospital Angelina Caron, o nosso Município é o que tem o melhor hospital na Região Metropolitana, com 30 médicos ali trabalhando com serviço especializado, super equipado.

A prefeitura mantém hoje 8 mil alunos na Escola Municipal, e mais 7 mil alunos na área da Rede Estadual. No entanto, com todas essas dificuldades e com esse pouco recurso a Prefeitura da Fazenda Rio Grande, uma que o Prefeito pode dizer que nunca atrasou o pagamento de seus funcionários. Os funcionários recebem em dia. Tanto na área de educação, como na área de infra-estrutura, como também na área de saúde.

Por tudo isso é que o governador do Estado merece o nosso respeito e a nossa consideração por não discriminar a Fazenda Rio Grande. Mas temos que lembrar que tudo

começou com uma assinatura do nosso Deputado Aníbal Khury, quando criou o Município. De lá para cá, houve realmente um trabalho integrado. Porque todos os Senhores Deputados aqui desta Casa, que são do interior, podem fazer o teste. Não existe uma cidade hoje do Estado do Paraná, que não tenha gente morando na Fazenda Rio Grande.

Esta vitória da Fazenda Rio Grande, é uma vitória de todas as comunidades de todos os Municípios do Estado do Paraná. E tenho certeza, o Alcaide Túlio como representante da Região Metropolitana deve estar também orgulhoso, porque a nossa região está deixando de ser uma região da fome, do empobrecimento, do descaso. Do descaso que temos hoje, porque tivemos durante muitos anos na nossa região. Estamos partindo assim, para realmente nos posicionarmos com um município novo de apenas 3 anos e poucos meses, se auto afirmando, a nível de Estado do Paraná e a nível da Região Metropolitana.

Então gostaria de transmitir esta boa notícia. Já sabia, mas o Deputado Nelson Justus me pedia segredo. Mas o governador achou por bem divulgar hoje, a notícia através de jornais, inclusive, na primeira página da Gazeta do Povo. Como representante não poderia me omitir, de vir aqui e deixar registrado, o nosso contentamento a Secretaria de Indústria e Comércio e ao Governo do Estado.

O Sr. Alcaide Túlio - Quero cumprimentá-lo, dizer também da satisfação que temos de ver que realmente as coisas estão acontecendo na Fazenda Rio Grande. Sabe Vossa Excelência, que nós pelo menos eu pessoalmente procurei não me envolver politicamente porque respeito a sua pessoa. E entendendo perfeitamente que o grande representante da Fazenda Rio Grande é Vossa Excelência. Mas devo dizer a Vossa Excelência, que reconheço o bom trabalho que tem feito o Prefeito Cartário na cidade da Fazenda Rio Grande. Inclusive que há uma grande expectativa, realmente, de que as empresas, não somente as empresas de ponta que virão para sustentar a Renault, mas algumas outras empresas de porte maior deverão se instalar ao longo da nossa Região Metropolitana. Especialmente na Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais, Pinhais, Piraquara, Almirante Tamandaré e também, ainda, no Município de Araucária.

Que também há uma grande possibilidade, isso faz parte das nossas propostas de Campanha em Curitiba, também da integração do transporte coletivo com a Fazenda Rio Grande através do ligeirinho. Além do que, de uma grande avenida que faremos através da Região de Umbará, ligando com a Cidade



da Fazenda Rio Grande, para evitar esse tráfego, congestionado, complicado e perigoso da BR-116.

Então Vossa Excelência pode ter certeza que, uma vez investido na condição de vice-Prefeito da Cidade de Curitiba, faremos um trabalho muito integrado com a Região Metropolitana de Curitiba e a Fazenda Rio Grande faz parte dos planos meus e do futuro Prefeito Cássio Taniguchi. Parabênzelo pelo desenvolvimento da sua região, parabenizo pelo trabalho que faz o prefeito naquela cidade, em que pese as dificuldades que os prefeitos enfrentam no momento. Mas a Fazenda Rio Grande dá uma demonstração de que o seu prefeito, sua Câmara de Vereadores, o seu Deputado que representa o município, tem procurado de todas as formas levar a infra-estrutura necessária e os investimentos que a região precisa. E procura desenvolver com esta grande possibilidade de se criar ali um grande distrito industrial.

Meus parabéns.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Obrigado Deputado

Alcaci Túlio e quando Vossa Excelência abordava a estrada de Umbará até a Fazenda Rio Grande, tive o cuidado de não deixar passar em branco e no orçamento do Estado deste ano consta uma emenda nossa com os recursos para essa estrada. Gostaria de enaltecer a Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Pien, Aquidaua do Sul e Tijucas do Sul, porque sem dúvida poderá ser a porta do emprego essa região que está numa situação deplorável em busca do emprego.

Obrigado ao Senhor Presidente e finalizando as minhas palavras daquele poeta português que diz que "Tudo vale a pena quando a alma não é pequena" e Vossa Excelência mostrou que valeu a pena criar o município da Fazenda Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço as palavras do Deputado Cartário e devo dizer a Sua Excelência que além da criação do município, vamos partir para a criação da Comarca de Pinhais e Fazenda Rio Grande.

Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 365/96 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Assistencial e Educacional Betesda - ASSAEBE, com sede e foro na Cidade de Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 120 de 13.08.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 365/96

#### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que visa declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Assistencial e Educacional BETESDA - ASSAEBE, com sede e foro na Cidade de Curitiba-PR.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei n° 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

#### ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 369/96 de autoria do Deputado Reny Borsatto que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Cultural, Desportos, Turismo e Pesquisa Científica - ADECTUR, com sede e foro na Comarca de Sengés, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 120 de 13.08.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 369/96

#### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Cultural, Desportos, Turismo e Pesquisa Científica - ADECTUR, com sede e foro na Comarca de Sengés, Estado do Paraná.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei n° 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator



## ITEM 03

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 376/96 de autoria do Deputado Nelson Justus que declara de Utilidade Pública a Fundação INEPAR, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 123 de 15.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 376/96

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, que visa declarar de Utilidade Pública INEPAR, com sede e foro nesta Capital.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei n° 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

## ITEM 04

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 386/96 de autoria da Deputada Ironði Puðliesi que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no Município de Lidianópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 125 de 20.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 386/96

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Ironði Puðliesi tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima, em Lidianópolis.

Chamada essa Comissão a se manifestar, e de acordo com a Lei n° 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

## ITEM 05

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 393/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública a Liga Desportiva Norte Paranaense, com sede e foro na Cidade de Londrina. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 127 de 26.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 393/96

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury visa declarar de Utilidade Pública a Liga Desportiva Norte Paranaense de Londrina.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que pudessem impedir sua normal tramitação por essa Casa.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

## ITEM 06

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 419/96, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que cria 10 (dez) cargos de Promotor de Justiça de Entrância Final, com atribuições junto aos Juizados Especiais Criminais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 136, de 10.09.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 419/96

## P A R E C E R:

## RELATÓRIO

O projeto de lei em tela, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, tem por objetivo criar dez cargos de Procurador de Justiça de entrância final, com atribuições junto aos Juizados Especiais Criminais.

## FUNDAMENTAÇÃO

Com a instituição no Paraná do Sistema Estadual de Juizados Especiais, foi criado vinte e seis cargos de Juiz de Direito de entrância final, destinando dez deles à área criminal.

O Ministério Público possui a função institucional privativa de promover a ação penal pública, sendo que a instalação e o funcionamento dos Juizados Especiais Criminais dependem, obrigatoriamente, da existência dos respectivos Promotores de Justiça. Para dar efetividade a Lei n° 11.468, que instituiu o Sistema de Juizados Especiais, impõe-se que agora sejam criados os cargos de Promotor de Justiça necessários para o funcionamento dos Juizados Especiais nas Comarcas de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel.

## CONCLUSÃO

Assim sendo, somos pela aprovação do projeto de lei, levando-se em conta o grande alcance da matéria.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, embora tenha votado favorável à 1.<sup>a</sup> discussão, queria entender, porque a justificativa desse projeto do Ministério Público cria 10 cargos de Promotor de Justiça de entrância final, com atribuições junto aos Juizados Especiais Criminais instituído pela Lei 11.468/96. O que não estou entendendo, é porque nesses Juizados Especiais Criminais não atua o Ministério Público na entrância final.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto diz o seguinte: quatro cargos na Comarca de Curitiba, dois na Comarca de Londrina, um cargo na Comarca de Maringá, um em Ponta Grossa, um em Foz do Iguaçu e um em Cascavel.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vou procurar saber.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está publicado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos n.ºs 950-A, 951 e 952, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 953, 954 e 955, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 956, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 957, 958 e 959, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 960 a 971, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 973, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 944, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, gostaria de fazer um pedido ao Deputado Romanelli. Estamos com todas as informações que ele pediu ontem.

Gostaria, se fosse possível, a retirada do requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao Deputado Líder do Governo, Valdir Rossoni, e pedir a retirada do meu requerimento, tendo em vista a eficiência do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A segunda-feira ficará destinada ao trabalho das Comissões.

A Mesa convida os Senhores Deputados para a Sessão Extraordinária que fará realizar amanhã, e que concede o título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora Nely Almeida.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Só peço aos Deputados que estejam aqui, porque afinal de contas, a nossa Vereadora Nely Almeida é uma atuante vereadora e sempre tem procurado prestigiar todas as Sessões Solenes desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene para quinta-feira, dia 12, às 15:00 horas, destinada à outorga de título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, à Senhora Nely Lídia Valente de Almeida.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 185, 365, 369, 376, 386, 393 e 419/96.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 415/96.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
13.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 19.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, Geraldo Cartário, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Walmor Trentini, Beto Richa e Florisvaldo Fier. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01)

Projeto de Lei nº 357/96 do Tribunal de Justiça. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 473/95 do Deputado Toti Colago. Parecer Favorável do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 377/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 534/95 dos Deputados José Maria Ferreira e Ricardo Chab. Concedido vistas ao Deputado Caíto Quintana; 05) Projeto de Lei nº 198/96 do Tribunal de Contas. Parecer do Deputado Geraldo Cartário contrário à emenda - APROVADO, com voto contrário do Deputado Florisvaldo Fier; 06) Projeto de Lei nº 278/96 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 289/96 do Deputado José Maria Ferreira. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 356/96 do Deputado Antonio Belinati. Parecer Favorável do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 368/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 373/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 121/96 do Deputado Cezar Seleme. Parecer Favorável da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 227/96 do Deputado Renato Adur e outros. Parecer Favorável do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 255/96 do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer Favorável do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 291/96 do Deputado Beto Richa. Parecer Favorável da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 128/96 do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer Favorável do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 129/96 do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer Favorável do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 130/96 do Deputado Sâmis da Silva. Concedido vistas ao Deputado Caíto Quintana; 18) Projeto de Lei nº 254/96 do Deputado Beto Richa. Concedido vistas ao Deputado Florisvaldo Fier; 19) Projeto de Lei nº 282/96, do Deputado Geraldo Cartário. Concedido vistas ao Deputado Caíto Quinta-

na; 20) Projeto de Lei nº 355/96, do Deputado Beto Richa. Parecer Favorável do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 325/96, do Deputado Beto Richa. Parecer Favorável do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 566/96, do Deputado Péricles Holleben de Mello. Parecer Favorável do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 252/96, do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 098/96, do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer Contrário do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 407/96, do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Emerson Nerone - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos e dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária  
Assinaturas ilegíveis

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
13.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
TERMO DE ATA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Walmor Trentini, Basílio Zanusso e Antonio Annibelli. Não havendo número legal o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária  
Assinaturas ilegíveis